ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OCTOGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, – PARA TRATAR SOBRE O PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA.

Às dez horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e quinze da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a presidência do senhor vereador **JÚLIO CÉZAR MEDEIROS LIMA,** com a presença dos seguintes vereadores: **Alcinira Magalhães Mota Freitas, Alexandre Moreira dos Santos, Antônio Adberto Resende Veras, Edvaldo Moura de Sousa, Gabriel Mota da Silva, João Maria Mario Cesar Balduíno, José Flávio de Matos, Leonardo Rodrigues Moreira, Manoel Neves de Macêdo, Mauricélio Fernandes de Melo, Mayara da Silva Ferreira, Mirian dos Reis Melo, Paulo Carpejane Alves Ferreira, Renato Andrade Queiroz, Sandro Cavalcante França e Sueli Moraes da Silva Cardozo.** Em ato contínuo o senhor Presidente abriu espaço para a realização da **Audiência Pública** para tratar sobre o Projeto Minha Casa Minha Vida. Em ato contínuo deu prosseguimento aos trabalhos. **Mestre Cerimonial (Uilma Vidal)** convidou para compor a Mesa dos trabalhos: **Antônio Adberto Resende Veras -** Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, **Júlio Cézar Medeiros Lima –** Autor do Requerimento, **Severino Ribas** – Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, **Lucyano Santos –** Gerente de Habitação da Caixa Econômica Federal, **Idiene Queiroz** – Diretora de Habitação da CODESAIMA, **Faradílson Mesquita** – Presidente da FAMER, **Maria Ferraz** – Presidente do Conselho Estadual das Cidades, **Ricardo Matos** – Conselheiro das Cidades, **Carla Cristina Rocha**, Presidente do Movimento dos sem Terra Rural, **Adalberto Silva Santos –** Coordenador do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, **Jaílson Reis Mesquita –** Presidente da Associação do bairro Senador Hélio Campos, **Maria Jovelina de Moraes –** Presidente da Associação das Donas de Casa de Baixa Renda de Roraima e **Ester Pereira Rodrigues –** Presidente da Associação dos Moradores do bairro Cruviana, **Maria Ângela –** Presidente da Confederação das Associações de Bairro – CONAM/RR, **Francismar Silva –** Conselheiro Estadual, **Marta Vilhena –** Presidente da Associação das Donas de Casa do bairro São Bento e **Cleodiomar de Souza Fontoura –** Presidente da Associação da Comunidade Nova Vida. Logo após, o senhor Presidente Vereador **Júlio Cézar** cumprimentou todos os presentes dando as boas vindas, disse que juntos discutiriam e tentariam resolver assuntos relevantes que atingem diretamente a vida de milhares de pessoas de Boa Vista. Leu, na íntegra, o Requerimento nº 003/2014, que deu origem a esta Audiência. Convidou as autoridades e os representantes de entidades civis para se pronunciarem estipulando um tempo de três minutos para cada orador. Afirmou que ao final da Audiência abriria um espaço para que os vereadores fizessem suas perguntas. Aproveitou para pedir aos colegas que não interrompessem

nenhuma fala, mas esperassem o momento certo para fazerem as suas indagações. Vereador **Mario Cesar –** sugeriu que o Presidente da Casa fizesse parte da Mesa e, que o vereador Júlio Cézar permitisse que a Audiência iniciasse com o pronunciamento das lideranças. **Presidente Júlio Cézar –** disse que já havia solicitado que o vereador Edilberto fizesse parte da Mesa. Frisou que um dos objetivos da Audiência era aproximar o povo dos Entes fiscalizadores com o intuito de esclarecer que não é preciso ser amigo de prefeito, secretário ou de vereador para se conseguir uma casa do programa Minha Casa Minha Vida. Mais uma vez, agradeceu, nominalmente, a todos os convidados e lamentou a ausência de pelo menos um representante da Prefeitura. **Carla Cristina Rocha –** cumprimentou todos os presentes e disse, entre outras coisas, que gostaria de protocolar outra Audiência Pública, pois o vereador Júlio Cézar se oportunizou fazendo uma que não comporta, ou seja, não atende às necessidades das famílias que estão em vulnerabilidade social nos bairros vivendo entre sapos e cobras sem direito à água nem à energia por conta da omissão do município, que, segundo ela, é o entrave de tudo, pois não ouve o que a sociedade tem a dizer; que em relação ao programa Minha Casa Minha Vida, sua entidade será a primeira a entregar no próximo dia vinte e nove duzentas unidades. Pediu que o vereador Júlio Cézar respeitasse a população, pois é o povo que manda nesta Casa. **Maria Ângela –** cumprimentou todos os presentes e, fez várias reivindicações, entre elas, a isenção de impostos para os movimentos e entidades, bem como saneamento básico e toda a infraestrutura de que os bairros necessitam. **Jaílson Reis –** cumprimentou todos os presentes e disse que a reunião estava tensa, pois as pessoas estavam ali com um senso de justiça devido à reportagem exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, a respeito dos vereadores de Boa Vista, como se eles fossem os mais corruptos do Brasil, mas que ninguém nesse Estado tem moral para apontar o dedo na cara de nenhum político, pois os eleitores, que estão hoje cobrando dignidade, vendem o seu voto por cem reais na época das eleições; que não há um só político em Roraima que não tenha comprado voto e que não tenha pago "boca de urna"; que deveria estar tratando do programa Minha casa Minha Vida, mas não poderia deixar de dar a sua opinião a respeito do referida reportagem; que os eleitores de Roraima são mais pornográficos que qualquer político desse Estado. **Adalberto Silva Santos –** cumprimentou todos os presentes e disse que o programa Minha Casa Minha Vida é de abrangência social e nasceu do anseio de uma sociedade pobre e organizada do Brasil que durante anos clamou pela casa própria; que o referido programa tem como objetivo atender às demandas habitacionais, mas graças a alguns políticos mal intencionados do nosso Estado, ele foi dominado como se fosse um programa de execução de moradias do Poder Público Estadual e Municipal. Deixou claro que isso só aconteceu no município de Boa Vista, pois nas demais cidades do interior do Estado, habilitadas ao Programa, os prefeitos tornaram-se parceiros e deram todo o apoio técnico e financeiro no que dispunha à competência do município para o referido projeto. Ressaltou que o fato de a Prefeita não ter vindo à Audiência nem ter enviado nenhum representante, só comprova o desprezo e o desrespeito que a Prefeita tem para com os movimentos sociais e os eleitores que insistentemente a elegem Prefeita de Boa Vista, apesar de as suas gestões não terem deixado nenhum saldo social para o município. A respeito da reportagem exibida pelo Fantástico, afirmou que esta Casa e a Prefeita devem um pedido de desculpas formal à sociedade boa-vistense, uma vez que a dotação

orçamentária da Câmara vem do orçamento geral do município. **Ester Pereira Rodrigues –** cumprimentou todos os presentes e fez um apelo aos representantes evangélicos para que não difamassem a palavra de Deus. Falou a respeito de um pedido, que segundo ela, foi entregue aos Vereadores, aos Deputados Estaduais e Federais e para todos os órgãos competentes em prol de uma reserva ambiental que está sendo destruída, porém ninguém fez nada. Fez várias reivindicações acerca dos problemas e necessidades enfrentados por ela e pelas poucas famílias carentes do Conjunto Cruviana, como: a quota altíssima de água cobrada pela CAER, Posto de Saúde, entre outros. **Maria Jovelina de Moraes –** cumprimentou todos os presentes e disse que estava ali para defender vários projetos, inclusive o das Donas de Casa de Baixa Renda. Sugeriu que fosse feito um projeto nesta Casa, para as donas de Casa, pois, segundo ela, oferecer uma cesta básica, não resolve o problema, é preciso que haja uma renda para que essas mulheres possam desenvolver seu trabalho e criarem seus filhos com dignidade; que desentravem o Projeto Minha Casa Minha Vida, pois a maioria das pessoas que esperam está morando no lixão, como mostrou a reportagem do programa Fantástico. **Francismar Silva –** cumprimentou todos os presentes e iniciou sua fala dizendo que o CAD Único Municipal está dando problema e devido a isso mais de oitenta famílias do loteamento Ajuricaba não iriam receber suas casas; que os moradores do Loteamento João de Barro estão sofrendo, pois não tem água nem para beber e a pavimentação, os bueiros e a drenagem só chegam à fazenda da Prefeita Teresa; que os vereadores revejam essas questões. **Marta Vilhena –** cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de reivindicar as casas do Projeto Minha Casa Minha Vida dos moradores do bairro São Bento cujo dinheiro está, segundo ela, escondido na Caixa Econômica Federal e as famílias que lá habitam estão esquecidas e vivendo em condições insalubres. **Cleodiomar de Souza Fontoura –** cumprimentou todos os presentes em especial a todas as pessoas que estão lutando por uma moradia. Usou seu tempo para falar a respeito dos problemas enfrentados pelos moradores do loteamento Nova Vida. Pediu que os parlamentares fossem até lá para verificar e para resolver, pois o convite já foi feito, mas até hoje não apareceu nenhum vereador no local; que não estava aqui para criticá-los, pois se um dia fizer alguma crítica, será de forma construtiva; que o Poder Público tome conhecimento de que o BOPE – Batalhão de Operações Especiais está entrando no referido loteamento nas madrugadas para amedrontarem os moradores; que a Guarda Municipal e a EMHUR vão responder judicialmente pelo que estão fazendo. **Maria Ferraz –** Cumprimentou todos os presentes, falou que foi convidada para estar presente nesta audiência para falar sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, mas o seu foco é sobre o bairro Pedra Pintada que está passando por conflitos, além de outros bairros mais distantes também que estão passando necessidade; que os órgãos públicos municipais notificam os movimentos sociais nas localidades, mas não conseguem estarem presentes numa audiência pública. Falou que seria muito importante ter pelo menos alguém representando a Prefeitura nesta audiência, porque as entidades estão sendo penalizadas pelos impostos muito altos para construir. Pediu para os Vereadores que aprovem uma lei para que estas entidades sejam isentadas desses impostos, pois estas não têm condições de construir pelo Programa Minha Casa Minha Vida, porque o valor vem reduzido e elas ainda têm que pagar imposto para a Prefeitura. **Faradilson Mesquita –** Falou que está fazendo uma reflexão no que está acontecendo no Senado Federal, em que o Ministro Levir está convencendo o Congresso

Nacional a diminuir o orçamento nacional, inclusive o Programa Minha Casa Minha Vida. Frisou que viu lamentos de mães de família que fazem parte de um programa que tem problema de condutas que não assistem o pobre como deveria assistir e que existe um ministro querendo convencer um representante do povo para tirar dinheiro do Programa Minha Casa Minha Vida, por conta de um grande esquema de corrupção. Disse que estão conseguindo no Ministério Público uma audiência com todos os Promotores Públicos para discutir a questão das ocupações, porque estão querendo criminalizar os pais de famílias que estão lutando por uma casa, por isso está convidando todos a comparecerem a esta audiência. Solicitou ao Vereador Júlio Cézar para que os acompanhem hoje às quatro horas para participar também, porque o mesmo foi vítima de uma bomba que haviam jogado para acertar uma moradora. Convocou todos os moradores dos assentamentos que existem em Boa Vista a irem também ao Ministério Público para debater a questão. Questionou o porquê de a Prefeita e nenhum representante da Prefeitura, presidente da EHMUR, nem o secretário de obras está presente nesta audiência para dar uma explicação, assim como o Governo do Estado não deu explicação acerca da segunda etapa do Bairro Brigadeiro não ter sido construída. **Ricardo Matos** – Cumprimentou todos os presentes, falou que há um projeto de Lei desde fevereiro do ano passado que diz que o chefe do Executivo Municipal concede isenção integral de impostos; IPTU, ISS, ITBI, taxas ambientais para empresas de construção civil que em parceria com o Município ou o Estado aderirem ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Frisou que a alteração desta lei foi feita pedindo que sejam inseridas as entidades e as empresas nestas isenções, e que este programa faz consignação de entes públicos, entidades e empresas. Disse que as pessoas destas entidades devem atender duas portarias do Ministério da Cidade; que o Cad-único é um ponto de estrangulamento que existe hoje, pois a Prefeitura está para uma demanda assim como o Estado também está e as entidades têm que passar pelo Cad-único, e quem opera esse cadastro único nacional são os municípios. Falou que o programa minha casa minha vida é feito para pessoas de baixa renda, então se alguém omitiu, falsificou ou fraudou informação e essa informação não foi identificada, cabe às pessoas de movimentos sociais denunciarem à Caixa Econômica e a Policia Federal e essa pessoa responderá civil e criminalmente. Disse que com relação ao bairro Brigadeiro, noventa por cento daquele bairro não são ocupantes originais, pois aquelas pessoas que estavam lá dizendo que não tinham onde morar foram desapropriadas e aquela área foi decretada de interesse social; que esta Câmara aprovou, e depois que aquelas pessoas conseguiram o direito de morar lá venderam seus lotes e sua casa. E a lei diz bem claro que quem tiver terreno, lote, gleba ou casa está fora do programa Minha Casa Minha Vida. Falou que o problema do loteamento João de Barro é o gravame que existe, e enquanto não baixar esse gravame a operação João de Barro fica inerte; que quando adquiriram aquele loteamento sabiam que era um loteamento popular que em seguida houve um resgate desses terrenos e se fez uma venda imobiliária. O embargo que houve foi porque ele passou de loteamento popular para loteamento empresarial imobiliário, e que é necessária uma força tarefa política para reverter esse gravame junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com relação ao Pedra Pintada disse que foi uma ocupação irregular que foi feita oficial, e que o Governo passado, através do Iteraima, emitiu a posse para essas pessoas, que são ocupantes e que são de boa fé, a posse, mas a forma que foi feita é de forma irregular e ilegal. Falou que o Nova

Esperança foi um assentamento do Estado que assentou duzentas e quarenta e duas famílias, mas hoje sessenta por cento dele não é original, pois as pessoas que não tinham onde morar, foram morar lá, porém já venderam ou trocaram seus imóveis. **Ediene Queiroz** – Disse estar presente representando o Governo do Estado. Falou que é triste ver numa audiência pública pessoas serem convidadas e só o Governo do Estado em nome da CODESAIMA estar presente; que o teor desta audiência é o programa Minha Casa Minha Vida, que é um empreendimento que já era para ter sido entregue desde setembro de dois mil e quatorze, porém o mesmo não cumpria a portaria Nº 595; que desde o dia dois de janeiro de dois mil e quinze estão sendo acompanhados, cobrados e cumprindo esta portaria; que sem o cumprimento desta portaria não será possível a entrega do Vila Jardim. Falou que este empreendimento já deveria estar com os nomes já aprovados, com todo o seu banco de dados atualizados; que eram vinte e cinco mil nomes que estavam engavetados e não eram atualizados; que de dois mil e nove até agora, muitos já morreram, já conseguiram sua casa; que ela teve a missão, através de uma preocupação da Governadora, em cumprir e tornar público o sorteio destas casas. Pediu a ajuda destas pessoas que estão nesta Sessão para que se souber de alguma pessoa que está sendo contemplada de forma ilegal com uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida, que denunciem formalmente indo à CODESAIMA, ou ao Ministério Público, pois muitos mentem ou omitem sobre seus dados. Disse que a CODESAIMA está de portas abertas para tentar solucionar os problemas destas pessoas, pois não dará ocupação irregular enganando o povo; que pode demorar um pouco, mas a solução tem que ser legal e fixa. **Severino Ribas** – Cumprimentou todos os presentes, falou que o Programa Minha Casa Minha vida é um programa do Governo Federal, e que as verbas deste programa não são da Caixa Econômica Federal, são do Governo Federal e este pode passar para a Caixa ou para outra instituição financeira pública bancária. Disse que o dinheiro é repassado ao banco depois de aprovados os projetos apresentados pelas entidades devidamente habilitadas e que em seguida os recursos são liberados, as unidades habitacionais são construídas e aí entram as escolhas das famílias; que quem escolhe as famílias são as entidades organizadoras como, Governo do Estado e Governos Municipais. Se tiver um cadastro muito além daquele projeto a escolha deve ser feita através de sorteio, e os documentos destas pessoas sorteadas são enviados para a Caixa e esta confere se aquelas pessoas preenchem os requisitos. A data de entrega das casas tem que ser submetida ao Governo Federal, e não podem marcar uma data sem o consentimento do Governo Federal. Ressaltou que existem quinze entidades organizadoras no Estado de Roraima e sem projeto aprovado não existe o programa Minha Casa Minha Vida. **Lucyano Santos** – Falou que iria complementar algo que o Severino falou e prestar alguns esclarecimentos para algumas questões que foram levantadas. Frisou que tem orgulho de haver quinze entidades habilitadas no Estado que representam o Programa Minha Casa Minha Vida e que percebe o esforço e o sacrifício que estes representantes de movimentos sociais fazem para poder dar andamento e pleitear o sonho das pessoas que eles representam. Disse que existem entidades que já estão com projetos aprovados pela Caixa Econômica, como existem também propostas de outras entidades que estão em análise; que isso não é fácil porque os trâmites são muito complicados e tem a questão da escolha das construtoras que precisam estar cadastradas, das áreas que precisam estar legalizadas e individualizadas; que hoje no Município de Boa Vista são poucas estas áreas

que estão nessa situação. Deixou o reconhecimento e os parabéns a estas quinze entidades que fazem parte das entidades habilitadas no programa Minha Casa Minha Vida. Finalizou. Vereador **Gabriel Mota** - Cumprimentou todos os presentes, esclareceu que em todas as audiências públicas o Governo do Estado se fez presente, e atendeu todas as reivindicações solicitadas. Falou que infelizmente a Prefeitura, detentora do maior problema, sempre está ausente, ficando impossibilitados de resolver os problemas em questão; que o loteamento João de Barro está sem água até agora porque depende de a EMHUR regularizar a área; que a Prefeitura não recebe os vereadores. Sugeriu que os vereadores e a população presente fossem para frente da Prefeitura, que, segundo ele, não está fazendo a parte dela. Vereador **Renato Queiroz** – cumprimentou todos os presentes e disse que muitas pessoas o procuram em seu gabinete querendo que ele consiga uma Casa do Programa Minha Casa Minha Vida, dizendo que na Caixa Econômica Federal é assim que funciona, ou seja, através de pechada. Frisou que se isso fosse verdade, ele seria o primeiro a denunciar. Diante do exposto, perguntou ao senhor Severino Ribas, quais são os critérios usados para avaliação e seleção dos beneficiados do referido Programa naquele Banco. **Severino Ribas** – pediu que o senhor Lucyano Santos que acompanha todo o processo, respondesse. **Lucyano Santos** – respondeu que o processo de seleção para qualquer uma das modalidades do Programa Minha casa Minha Vida é feito através do que diz a Portaria Nº 595 do Ministério das Cidades, que diz que os beneficiários têm que obedecer a alguns requisitos, então depois que é feita a seleção quem executa o sorteio não é a Caixa Econômica Federal, mas o Ente que vai fornecer a demanda. No caso do loteamento Ajuricaba, por exemplo, quem sorteou foi a Associação do bairro Caranã, já no caso do conjunto Pérola, quem fez o sorteio foi a Prefeitura e, assim sucessivamente. Deixou claro que mesmo depois de serem sorteadas, as pessoas ainda podem ser substituídas, se não estiverem de acordo com os critérios exigidos pelo Programa. Vereador **Renato Queiroz** – parabenizou o vereador Júlio Cézar pela Audiência e disse que entende que existe, sim, uma burocracia, mas acredita que com calma, foco e, principalmente com a organização e a evolução da sociedade e das instituições o processo acontecerá com mais celeridade. Vereadora **Nira Mota** – cumprimentou todos os presentes, agradeceu ao Governo do Estado, que se fez presente através da senhora Idiene Queiroz, mas lamentou muito a ausência de um representante da Prefeitura, que deveria está aqui para ouvir os anseios das pessoas, uma vez que nem os vereadores, que são o elo entre a população e a Prefeita, estão sendo recebidos pelo Executivo Municipal; que tem recebido em seu gabinete inúmeras denúncias verbais acerca da venda das Casas do referido Programa. A respeito disso, perguntou ao senhor Severino Ribas de que forma os vereadores podem orientar essas pessoas e para onde devem encaminhar tais denúncias. **Severino Ribas** – respondeu que ele mesmo já recebeu várias denúncias verbais, de que teriam funcionários da Caixa Econômica Federal que estariam recebendo dinheiro para selecionar pessoas do referido Programa, mas nada foi comprovado, inclusive uma dessas pessoas já está se aposentando; que o ideal seria que as denúncias fossem feitas por escrito, mas as verbais podem ser encaminhadas à Caixa Econômica para que sejam enviadas aos órgãos fiscalizadores. **Lucyano Santos** – complementou a resposta do senhor Severino dizendo que a Caixa Econômica Federal não compactua com as supostas irregularidades e vem tentando insistentemente combatê-las, embora não tenha o poder de investigação, ou seja,

a Caixa Econômica apenas recebe a denúncia, mas a encaminha à Polícia Federal para providências. Vereadora **Nira Mota** – agradeceu os esclarecimentos, pois agora a população ficou sabendo que as denúncias precisam ser formalizadas para que a Caixa Econômica possa tomar as devidas providências. Vereadora **Mirian dos Reis** – parabenizou o vereador Júlio Cézar pela Audiência e disse que depois de emprego, o que as pessoas mais pedem aos vereadores é justamente que deem "um jeitinho" para que elas sejam colocadas no referido Programa; que entende que não funciona dessa forma, pois existe um trâmite, mas mesmo assim também sabe que esse processo é burlado; que gostaria de deixar registrada uma nota de repúdio contra a Prefeitura pela ausência da mesma em todas as audiências realizadas aqui na Câmara demonstrando o seu descaso com esta Casa e, principalmente com a população; que gostaria de questionar se a Prefeitura irá conseguir visitar os nove mil inscritos no Programa até o mês de junho, uma vez que está previsto um sorteio para esta data. Perguntou à representante do Governo do Estado, a senhora Idiene, se a nota publicada pela Prefeitura responsabilizando o Governo do Estado com relação ao sorteio que não aconteceu no Conjunto Habitacional Vila Jardim, que deveria ter acontecido no dia seis de dezembro de dois mil e catorze. **Idiene Queiroz** – respondeu que a vereadora Mirian estava certa quanto às suas colocações; que a população foi enganada recebendo uma carta ridícula, na qual não constavam as logomarcas da Prefeitura nem do Governo do Estado, carta essa, que dizia que as pessoas estariam contempladas e iriam receber suas casas; que o povo não é palhaço; que agradece o apoio da Caixa Econômica que está sempre junto com ela mostrando os caminhos e cumprindo rigorosamente a Portaria Nº 595, bem como da Governadora, que trabalha com seriedade e transparência; que as portas da habitação estão abertas, porém ela não pode voltar a fazer visitas, pois dessa forma esse empreendimento só seria entregue no ano que vem e, ela está conseguindo em três ou quatro meses, fazer o que não foi feito em três anos. Vereador **Manoel Neves** – cumprimentou todos os presentes e parabenizou o vereador Júlio Cézar pela Audiência. Perguntou para os representantes da Caixa Econômica o que pode ser feito pelas pessoas que já foram contempladas com o Programa, mas que devido ao desemprego, que é uma realidade em Boa Vista, essas pessoas não estão conseguindo pagar as prestações das suas casas. **Lucyano Santos** – respondeu que isso já está previsto na própria lei do Programa Minha Casa Minha Vida, então essas pessoas devem procurar a Caixa Econômica para renegociarem. Aproveitou para esclarecer que, até hoje, as casas do referido Programa, não foram retomadas nem a leilão. Esclareceu, ainda, que os beneficiários só poderão usar suas casas para outros fins, ou seja, doar, emprestar, alugar, vender ou comprar, após a quitação do imóvel; que essa quitação pode ser feita antes do prazo. Vereadora **Mayara Ferreira** – cumprimentou todos os presentes, parabenizou o vereador Júlio Cézar pela iniciativa da Audiência, pois os assuntos ali abordados eram muito relevantes. Perguntou se após a quitação do imóvel, a pessoa ainda pode ser beneficiada em outro programa habitacional. **Severino Ribas** – respondeu que não, pois uma vez contemplada, a pessoa jamais será beneficiada em outro programa nem aqui nem em nenhuma unidade da Federação. Vereadora **Mayara Ferreira** – a respeito da reserva das casas para as pessoas com deficiência, perguntou quais os critérios usados nos sorteios, nesse caso específico, uma vez que muitas pessoas com deficiência a procuram para tirar essas dúvidas. **Lucyano Santos** – respondeu que a Portaria Nº 595, estabelece um

percentual mínimo de três por cento, desde que não haja legislação municipal superior específica, destinado às pessoas com deficiência; que os sorteios, nesses casos, para pessoas com necessidades especiais e para idosos são feitos separadamente. Vereadora **Mayara Ferreira –** dirigiu-se a senhora Idiene Queiroz e perguntou se não houve nenhuma atualização cadastral, para que se fizessem os sorteios, uma vez que de dois mil e nove para cá muita coisa mudou e algumas pessoas que fazem parte da lista até já morreram. **Idiene Queiroz –** esclareceu que o Estado já atende a Lei Municipal dos dez por cento para as pessoas com deficiência e quanto à atualização cadastral explicou que ela foi feita em quinze dias, sem interrupção para o almoço, em lugares estratégicos como Ouvidoria, UNIVIRR, Escolas, entre outros, para que as pessoas não precisassem sair dos seus bairros, porém dos vinte e cinco mil cadastrados, apenas oito mil foram fazer a atualização. Esclareceu que além desses oito mil que fizeram o recadastramento, mais duas mil pessoas que já tinham feito recadastramento e estavam aptas, também foram incluídas no sorteio. Vereadora **Mayara Ferreira –** agradeceu a todos, mais uma vez, perguntou a Mesa quais são os membros da Comissão do bairro Pedra Pintada e, comprometeu-se em procurar acompanhar o trâmite da alteração da Lei Nº 11.093, para que se possa garantir a isenção de impostos que beneficiarão às entidades e às empresas. Perguntou ao Superintendente da Caixa Econômica Federal quem será beneficiado com as novas casas do Programa Minha Casa Minha Vida. **Severino Ribas –** respondeu que quinhentas e cinquenta e duas unidades são da Prefeitura Municipal de Boa Vista para os Conjuntos Pérola VI e VII, duas mil, novecentos e noventa e duas unidades são do Governo do Estado para o Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite e mais as duzentas unidades do Ajuricaba, totalizando três mil, setecentos e quarenta e quatro unidades. **Presidente –** agradeceu a presença de todos e acrescentou que o trabalho não termina com o final da Audiência, na verdade ele está apenas começando, inclusive ele, juntamente com os membros da Comissão irão participar de uma reunião com o Ministério Público; que esse trabalho é contínuo. Agradeceu nominalmente a todos os convidados e deu um minuto para que a convidada Carla Cristina fizesse as considerações finais. **Carla Cristina Rocha –** pediu que todos os presentes aplaudissem de pé os vereadores que irão trabalhar pelas isenções reivindicadas hoje e que estiveram até agora respeitando a luta dos moradores do Ajuricaba e de todos os presentes. Aproveitou para agradecer aos representantes da Caixa Econômica Federal, nas pessoas dos senhores Severino Ribas e Lucyano Santos, que sempre tiveram as portas abertas e acionou Brasília, atendendo todas às solicitações feitas pelos moradores, possibilitando essa grande conquista do Ajuricaba, que é a primeira entidade organizadora a estar nesse processo. Agradeceu à Câmara pela Audiência. Finalizou. **Presidente –** agradeceu, mais uma vez a todos os presentes e em nome da servidora Uilma Vidal, parabenizou todos os servidores da Casa pelo brilhante trabalho na realização da presente Audiência Pública. **Uilma Vidal –** Convidou todos os participantes para uma foto.XXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Júlio Cézar Medeiros Lima
Presidente